

# Os desmemoriados do instituto

JOLUMA BRITTO

V I

Outro dia, no Café do Fórum, no 3.º andar do Palácio da Justiça, Café de seu Antônio, onde quem manda é a Maria, um advogado me perguntou por que motivo mantinha polêmica a respeito da data da fundação de Campinas, quando a cidade se prepara para as grandes festividades do seu bi=bi centenário?

Não estou mantendo polêmica, nem discussão. Explico, apenas, baseado em documentos irretorquíveis, que a data histórica da fundação da cidade está errada, porque não existe documento algum que prove ou afirme ter sido em 14 de julho de 1774 celebrada na antiga freguesia sua primeira missa, que daria motivo para que fosse início da futura Campinas. E vou provar isso, e vou afirmar e provar mais que, infelizmente, o documento do livro do Tombo foi alterado, quase que dolosamente, para que a comissão que discutiu o assunto se baseasse nele, levando a Comissão de Cultura da Câmara Municipal a aceitar o relatório publicado pelo presidente da mesma, dr. Alfredo Gomes Júlio.

Essa comissão, nomeada a instâncias e requerimento do muito ilustre vereador e atual presidente da Câmara Municipal, Antônio Rodrigues dos Santos Júnior, ficou integrada pelo relator referido, pelos srs. Theodoro de Souza Campos Júnior, Alair Malta Guimarães, prof. Celso Maria de Melo Pupo, que entrou no bloco como Pilatos no credo e a pedido do comendador Teodorinho; José de Castro Mendes, o Zek, e quem escreve estes artigos, pois que foi em consequência da série de publicações feitas no Diário do Povo pedindo para que Campinas marcasse a data de sua fundação, a fim de que, civicamente, pudéssemos prestar nosso preito de homenagem aos homens que construíram seu passado.

De início, o sr. Gomes Júlio declarou que desconhecia completamente quaisquer documentos a respeito da história de Campinas; Alair Malta Guimarães afirmou que era mais estatístico e não historiador, embora eu reconheça nele qualidades para que o seja; o Zek Mendes, que sempre foi muito positivo, de início disse que entendia que a data da fundação de Campinas era a 14 de julho de 1774 e não mais apareceu nas outras reuniões para discutir o assunto (salvo falha de minha memória). Então, ficamos: Teodorinho, Celsinho, Alair, que não chegou a comparecer a todas as sessões, o relator e eu. De maneira que, começadas as discussões, todos os documentos que eu apresentada, Theodorinho e Celso votavam contra; Alair às vezes os acompanhava e outras firmava-se ao meu lado. E foi ele quem me chamou a atenção para o caso da sesmaria concedida a Antônio da Cunha de Abreu, que está transcrita no primeiro volume de minha história da Cidade de Campinas e para qual não havia reparado, documento que me serviu de base para provar que a data da fundação de Campinas não seria aquela de 14 de julho de 1774.

Compareci a todas as sessões realizadas em uma das salas da Câmara Municipal, então instalada no 5.º andar do Palácio da Justiça. Discuti o assunto e perdia sempre, mesmo invocando a vinda para Campinas de Barreto Leme em 1739, o que foi afirmado por Benedito Otávio; o primeiro recenseamento feito na antiga freguesia, então simples núcleo, em 1767, isto é, sete anos antes de 14 de julho de 1774; a moradia de José de Souza Siqueira na futura Sousas, em 1737; a criação da freguesia em 1772; a celebração da primeira missa em 13 de julho de 1773, confirmada em artigos de Quirino dos Santos e César Bierrenbach, que afirmaram ter lido isso no Livro do Tombo.

Quando terminaram as discussões sobre o assunto quase no fim do ano, foi divulgado o relatório. Com surpresa para mim, eu o li já publicado, assinado por todos os membros da comissão, sem a minha assinatura.

Por que? Porque o dr. Alfredo Gomes Júlio, que em todas as sessões mandava me procurar para discussão do assunto, justamente quando se encerrava

o relatório que foi publicado, não sei qual o motivo, sabendo ele que eu o assinaria com restrições, esquivou-se de mandar me procurar para assinar o papel!

Mais tarde, quando o encontrei casualmente em uma das ruas da cidade, interpelei-o por isso. Alegou que o fizera porque tinha pressa em concluí-lo. Mandara-me procurar no Cartório do sr. Jaci Teixeira de Camargo, onde não fui encontrado! Mas, para todas as outras reuniões, ele soube me encontrar e solicitar minha presença na sala respectiva da edilidade campineira! Muito curioso!

E mais: o Zek de Castro Mendes assinou o papel! Mas certa manhã quando o encontrei em frente à Etam, junto a uma banca de jornais, perguntei-lhe por que não tendo ele discutido o assunto, assinara de cruz, o relatório do presidente da comissão?

Resposta de meu saudoso amigo: eu tinha ido à Câmara tratar da instalação do Museu de Campos Sales e me "pegaram" no corredor para assinar o documento! E com aquela franqueza que sempre o caracterizou. E eu o assinei!

Na recente publicação feita pelo meu amigo Benedito Barbosa Pupo, referente à maior mentira histórica existente no Arquivo de nossa Câmara, o que se deve à ignorância de elementos de sua comissão de historiadores, infelizmente endossada e avalizada pelo Banco do Brasil, esse meu antigo colega e a quem muito prezo como companheiro de jornalismo, que há pouco tempo me chamou de mentiroso em carta enviada a este jornal, teve um momento de fraqueza: mentia, escrevendo à fls. 16 "que o Relatório apresentado em 19 de dezembro de 1963, confirmada a data existente no marco, não contou com a assinatura de Jolumá Britto, que não aceitou a conclusão de seus pares".

Barbosinha amigo: essas coisas acontecem, mas não seje leviano em suas afirmações. Eu só não assinei o documento que considero importantíssimo, porque não fui procurado para isso! E com a publicação feita agora pelo Banco do Brasil, baseada em documentos que nada dizem respeito à fundação de Campinas porque não apresenta um só papel que prove ter sido realizada a primeira missa em 14 de julho de 1774, os estudantes, professores e pessoas interessadas em saber a verdade, ficaram mais enleadas e desconcertadas que minhoca em lata de pescaria!

Outra coisa, Pupo amigo, a reunião de 27 de janeiro de 1971, convocada pela Comissão de Cultura da Câmara Municipal, só não compareci porque avisaram-me em minha residência, quando me encontrava em São Paulo nesse dia, às 13 horas, segundo a senhora que toma conta de minha casa, para que fosse ao Palácio dos Jequitibás às 15 horas! Mesmo que estivesse em Campinas, não poderia comparecer, por que eu trabalho! Tinha e tenho dois empregos, não sou nenhum vagabundo para estar à disposição de elementos que iriam discutir o assunto, reconheço que todos eles também são homens reconhecidamente preocupados com outros trabalhos. Então, a gente percebe a má fé, a displicência, a pouca vontade que contassem com a minha presença! Primeiramente com a falta de minha assinatura no documento divulgado por Gomes Júlio e, agora, com uma intimação de duas horas apenas para ir discutir o problema, quando me encontrava fora da cidade!

Mas, vou mostrar no próximo artigo que a data da fundação de Campinas deve ser considerada a de 27 de maio de 1774, transcrevendo três documentos que provam isso, insofismavelmente, provas esmagadoras contra os desmemoriados do Instituto! Tenho-os a todos como homens de elegância moral elevada e me darei por satisfeito se puderem me responder. Mas, não o farão, bem sei disso. Estão manietados. No começo do opúsculo de meu amigo Benedito, há uma advertência encimada pela palavra "Errata". Mas, não é "errata", antes de tudo, é rata!